



ATA N.º 2

REUNIÃO DO JÚRI – AVALIAÇÃO DAS CANDIDATURAS

Ao quarto dia do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, pelas onze horas, reuniram-se via *zoom* os elementos designados para a constituição do júri de avaliação das candidaturas do PAC - Programa de Apoio à Cultura (2024), referente à Medida 2. Parcerias de Programação, Subprograma 2.2. Anuais [Atividades].

Em conformidade com o *Edital* publicado pela Câmara Municipal a 29 de fevereiro de 2024 (RO 26.fev.2024), integraram a composição do júri:

- *Ana José Oliveira*: Chefe de Divisão de Museus e Património Cultural, Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo do Município de Santa Maria da Feira;
- *Ana Carvalhinho*: Chefe de Divisão de Gestão Cultural, Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo do Município de Santa Maria da Feira;
- *Mónica Gomes*: Chefe de Divisão de Bibliotecas, Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo do Município de Santa Maria da Feira;
- *Manuel Couto*: Diretor do Agrupamento de Escolas de Corga Lobão;
- *Daniel Café*: Presidente da Federação do Folclore Português; Membro do Conselho Nacional de Associativismo Popular.

1. Candidaturas/Projetos: Audiência de interessados - Análise das pronúncias e decisão do júri;

Tendo terminado, a 13 de maio de 2024, o período de dez dias úteis, referente à audiência de interessados, o júri constatou que foram recepcionadas quatro pronúncias, provenientes das seguintes entidades: *Juventude de Sanguedo; Academia de Música e Artes de Riomeão; Grupo Musical de Fiães; Associação de Cultura e Recreio da Banda Marcial do Vale.*

Da análise efetuada ao teor de cada pronúncia, cujo resumo consta de documento anexo a esta ata (Doc.1), o júri verificou que todas as entidades reconhecem que procederam a uma interpretação menos correta da documentação de suporte a esta medida, nomeadamente do *Edital* e do *Regulamento*. Pelas evidências dadas pelas entidades é notório que a dita interpretação terá originado um erro no preenchimento do formulário de candidatura, nomeadamente quanto aos dados inseridos no *quadro 4. Orçamento do Projeto / Atividade a Desenvolver*, na parte correspondente ao *Apoio solicitado à Autarquia*, onde as entidades não se terão apercebido que o preenchimento deste quadro apenas comportava apoio até 50,00% dos custos do projeto, até ao limite máximo de 5.000,00€.

Compreendendo os argumentos das entidades, o júri deliberou dar provimento às pronúncias apresentadas, considerando, a título excepcional, a possibilidade de serem corrigidos os valores, de modo a que os projetos destas entidades possam ser apoiados, tendo em conta a relevância dos mesmos, quer cada uma das associações, quer ainda para as comunidades onde estas estão inseridas.

Numa breve reflexão acerca dos erros de interpretação e de preenchimento dos formulários por parte das associações, os elementos do júri, entendem que, para futuro deverão ser intentadas ações de formação e informação acerca das candidaturas ao PAC – Programa de Apoio à Cultura, para que estas situações não se repitam.

2. Avaliação/pontuação das candidaturas submetidas:

Na sequência da aceitação das pronúncias que foram apresentadas, o júri procedeu à análise e avaliação das projetos/candidaturas submetidas por cada uma das entidades, tendo deliberado, por unanimidade, em propor à Câmara Municipal a atribuição dos apoios designados no *Anexo I – Listagem Definitiva - PAC 2024, Medida 2. Parcerias de Programação, Subprograma 2.2. Anuais [Atividades]*, com todas as entidades e projetos que constam do documento (Doc.2).

Nada mais havendo a tratar, por volta das doze horas e trinta minutos, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos elementos do júri que a secretariaram.

O Júri:



Ana José Oliveira



Ana Carvalhinho



Mónica Gomes



Manuel Couto



Daniel Café

DOC. 1. | PAC – PROGRAMA DE APOIO À CULTURA (2024)
 MEDIDA 2 – PARCERIAS DE PROGRAMAÇÃO | SUBPROGRAMA 2.2. ANUAIS [ATIVIDADES]
 AUDIÊNCIA DE INTERESSADOS | PRONUNCIAS

Entidade Candidata Projeto	Incumprimento Motivo	Pronúncias	Decisão do Júri
<p>Juventude de Sanguedo 2 Titulares B. CAPACITAÇÃO TIPOLOGIA B1 (Hab. Sup.: 1200,00€) Apoio Solicitado: 2400,00€</p>	<p>B. CAPACITAÇÃO: A entidade não apresenta os certificados de habilitações das duas titulares candidatas a este apoio. Sem estas evidências, por aplicação do nº 2 do Artº 16.º do Regulamento PAC não poderá ser considerado o apoio nesta área.</p>	<p>Na pronúncia a Juventude de Sanguedo refere que, na candidatura, juntou os currículos de duas titulares que exercem funções na associação, uma como segunda maestrina do Grupo Coral da JDS, outra como diretora pedagógica da Escola de Música da JDS, ambas titulares de habilitações superiores artísticas em Música. Todavia, por erro na anexação dos ficheiros, a entidade não juntou à candidatura as cópias dos certificados de habilitações daquelas titulares. Assim, no âmbito da pronúncia, solicitam que se proceda à aceitação dos referidos documentos, que submeteram em anexo, e que se considere os valores devidos de apoio para a B. Capacitação, Tipologia B1, a estas titulares.</p>	<p>Na sequência da pronúncia apresentada pela Juventude de Sanguedo, o júri verificou o processo de candidatura submetido e constatou que, de facto, a entidade havia juntado os currículos das duas titulares, onde estão mencionadas as habilitações superiores artísticas que possuem. Constatou também que não foram anexados os certificados de habilitações, a comprovarem as respetivas habilitações. Assim, uma vez que em audiência de interessados a entidade remeteu os documentos que evidenciam as titularidades académicas exigidas, o júri deliberou, aceitar a pronúncia, permitindo que se proceda à correção do valor de apoio, considerando, para o efeito, as duas titulares (2 x 1.200,00) indicadas pela entidade na sua candidatura, tal como solicitado pela entidade;</p>
<p>Grupo Musical SP Oleiros 1 Titulares B. CAPACITAÇÃO TIPOLOGIA B1 (Hab. Sup.: 1200,00€) Apoio Solicitado: 1.200,00€</p>	<p>B. CAPACITAÇÃO: A entidade não apresenta o certificado de habilitações do titular candidato a este apoio. Sem estas evidências, por aplicação do nº 2 do Artº 16.º do Regulamento PAC não poderá ser considerado o apoio nesta área.</p>	<p>O Grupo Musical de SP Oleiros, na sua pronúncia refere, que não juntou o certificado de habilitações superiores artísticas do seu maestro, uma vez que havia juntado a cópia do Diário da República Nº 42, de 01.mar.2016, onde consta o nome do candidato, a titularidade do seu curso superior e o despacho de homologação da sua profissionalização para o ensino da música nas escolas, emitido pelo Secretário de Estado da Educação. Atendendo a esta evidência, solicitam que se proceda à aceitação dos referidos documentos, que submeteram em anexo, e que se considere os valores devidos de apoio para a B. Capacitação, Tipologia B1, a estas titulares</p>	<p>Tendo em conta o teor da pronúncia do Grupo Musical de SP Oleiros, o júri voltou a verificar o processo de candidatura, tendo constatado que a evidência apresentada por esta entidade, integrava, de facto, o processo. Muito embora não sendo um certificado de habilitações académicas, o júri decidiu aceitar a cópia do despacho do Diário da República como prova e evidência do maestro do Grupo Musical de SP Oleiros possuir habilitações superiores artísticas na área da Música. Tendo ainda deliberado em aceitar a pronúncia, permitindo que se proceda à correção do valor de apoio, considerando, para o efeito, as duas titulares (1 x 1.200,00) indicadas pela entidade na sua candidatura, tal como solicitado pela entidade;</p>
<p>Grupo Gólgota - Associação 2 Titulares B. CAPACITAÇÃO TIPOLOGIA B1 (Hab. Sup.: 1200,00€) Apoio Solicitado: 2.400,00€</p>	<p>B. CAPACITAÇÃO: A entidade não apresenta os certificados de habilitações das duas titulares candidatas a este apoio. Sem estas evidências, por aplicação do nº 2 do Artº 16.º do Regulamento PAC não poderá ser considerado o apoio nesta área.</p>	<p>O Grupo Gólgota - Associação, na sua pronúncia junta os certificados de dois elementos do grupo e, solicitam que se proceda à aceitação dos referidos documentos, considerando-se os valores devidos de apoio para a B. Capacitação, Tipologia B1, a estas titulares</p>	<p>O júri procedeu à análise e verificação da pronúncia apresentada pelo Grupo Gólgota – Associação, nomeadamente os certificados que juntaram à mesma, tendo verificado que, em nenhum caso se trata de documentos que evidenciem que os titulares possuem habilitações superiores artísticas, nas áreas da música ou teatro, como refere o Edital da Medida. Neste sentido o júri deliberou não dar provimento à pronúncia, mantendo a sua decisão, de exclusão, por não estar enquadrada com o objetivo desta Medida;</p>